

XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

# **A ARQUITETURA RELIGIOSA NO PERÍODO AUGUSTANO: UMA ANÁLISE DO DE ARCHITECTURA DE VITRÚVIO.**

Macsuelber de Cássio Barros da Cunha.

Cita:

Macsuelber de Cássio Barros da Cunha (2013). *A ARQUITETURA RELIGIOSA NO PERÍODO AUGUSTANO: UMA ANÁLISE DO DE ARCHITECTURA DE VITRÚVIO*. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/51>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

**XIV Jornadas  
Interescuelas/Departamentos de Historia  
2 al 5 de octubre de 2013**

**ORGANIZA:**

Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras

Universidad Nacional de Cuyo

Número de la Mesa Temática: 7

Título de la Mesa Temática: Tradición, tensión, decadencia, renovación, cambios y permanencias de la cosmovisión helénica, romana y tardo-antigua a partir de la interpretación de los modelos simbólicos y discursivos, propios del marco espacial Mediterráneo.

Apellido y Nombre de las/os coordinadores/as: Graciela Gómez Aso y Viviana Boch de Boldrini

**A ARQUITETURA RELIGIOSA NO PERÍODO AUGUSTANO: UMA ANÁLISE  
DO DE ARCHITECTURA DE VITRÚVIO**

*Macsuelber de Cássio Barros da Cunha*

*Universidade Federal de Goiás - Brasil*

*macsuelber@hotmail.com*

Roma passou de uma pequena cidade às margens do rio Tibre para um Império que dominou a região mediterrânea. Os romanos buscaram ter o controle de toda a Itália peninsular, expandindo o seu domínio na Sicília, no norte da África, Península Ibérica, Grécia e Ásia Menor. No período do Principado, Roma conseguiu dominar todas as terras banhadas pelo Mar Mediterrâneo, que passou a ser denominado pelos romanos como *Mare Nostrum*. Esta dominação é perceptível em diversas esferas: militar, cultural, religiosa, arquitetônica, etc.; com isso operaram-se mudanças em todos os tecidos da sociedade romana. A população e o tamanho da cidade se expandiram, a quantidade de riqueza aumentou ainda mais drasticamente, tanto através do espólio de guerra quanto na forma de comércio (ORLIN, 2007: 58-70).

No período que compreende o início do Principado<sup>1</sup>, Roma foi palco de um extraordinário desenvolvimento e sofisticação no que concerne à arquitetura, de tal modo que o engrandecimento arquitetônico presenciado então, reflexo em grande medida do enriquecimento advindo da expansão territorial, passou a se espalhar pelas diversas províncias que, em certa medida, tinham em Roma, a *Urbs* por excelência, o modelo a ser seguido.

Essa monumentalidade arquitetônica que, já no fim da República com Júlio César, se estabeleceu em Roma e que se expandiu para as províncias, teve em Otávio Augusto o seu maior idealizador, de modo que esta se tornou uma característica marcante de seu governo e que permitiu o florescimento e desenvolvimento do que pode ser nomeado de Cultura Augustana (GALINSKY, 1998).

Otávio Augusto se empenhou incrivelmente em demonstrar, entre outras coisas através da arquitetura, que sob seu governo Roma readquiriu a estabilidade e a prosperidade a muito perdidas, de tal sorte que a beleza marmórea das colunas coríntias se alastrou a partir do Lácio até as províncias mais afastadas do Império. Ele “a tal ponto urbanizou a Cidade, não ornada como convinha à glória do Império e exposta aos incêndios e inundações, que jactou-se com toda justiça: ‘deixei de mármore a cidade de tijolos que recebi’” (SUETONIUS. *De Vita Caesarum, Divus Augustus*, XXVIII).

Outro aspecto de suma importância em seu governo foi a atenção especial dada à moral e à religião, visto que ele empreendeu uma política de restauração religiosa,

---

<sup>1</sup> Apesar de usarmos o termo principado, Erich Gruen (2007: 33-34) esclarece que este termo, em referência à forma de governo só se tornou de uso comum após Augusto, de tal modo que em seu tempo o termo não era utilizado do mesmo modo que, por exemplo, na época de Tácito. Otaviano, que ganha o título de *princeps* em 28 a.C., quando se refere a si como *princeps*, se utiliza do termo que já era usado na República e que era “uma designação de figura influente, um sinal de estima e autoridade”.

trazendo de volta a seu tempo costumes e tradições que haviam sido relegados, dedicando, assim, grande atenção ao *mos maiorum*. Sua política de restauração moral e religiosa objetivou não somente trazer de volta costumes e rituais antigos, como também restaurar e reconstruir antigos templos, se utilizando de arquitetura arcaizante própria de tais construções, além de erguer novos templos que mesclavam inovação e tradição, que selecionava e se utilizava do que havia de melhor nos postulados arquitetônicos tanto de gregos quanto de romanos.

É justamente neste ponto de convergência entre religião e arquitetura no Principado de Otávio Augusto sobre o qual nos debruçamos nas páginas que se seguem, sendo imprescindível, para tanto, a utilização e análise do *De Architectura*, de Vitruvius, visto que este é o único tratado de arquitetura que chegou da Antiguidade aos dias atuais.

O *De Architectura* de Vitruvius foi publicado no século I a.C., provavelmente em 27 a.C., período no qual Roma passava por inúmeras intervenções urbanas fruto do aumento de entrada de receitas vindas da constituição do Império territorial. A obra é dedicada ao Imperador Otávio Augusto, que se orgulhava de ter encontrado uma cidade, Roma, de pedra e de tê-la transformado numa cidade de mármore, tal o número de construções e reconstruções realizadas por este Príncipe. Pela existência da dedicatória na obra, já inferimos que a mesma foi produzida para auxiliar o soberano na transformação de Roma na cidade mais poderosa do Império e exemplo para as províncias.

A obra é composta de dez livros, todos precedidos por preâmbulos que possuem grande importância para se conhecer mais sobre o modo como Vitruvius concebe os mais diversos assuntos.

Muito pouco se sabe sobre Vitruvius, a não ser o que ele mesmo deixou escrito sobre si no interior da obra. Acredita-se que foi arquiteto, engenheiro, agrimensor e pesquisador romano que viveu no século I a.C. A tradição manuscrita traz *Vitruvius* como o nome do autor, sem nenhum prenome ou cognome, e embora atualmente seja apresentado como *Marcus Vitruvius Pollio*, sabe-se que o prenome *Marcus* é fruto de uma especulação e o cognome *Pollio*, foi citado por Faventino no século III d.C., embora muitos pesquisadores desacreditem que se trate da mesma pessoa (VITORINO, 2004: 35).

O contexto no qual Vitruvius escreveu sua obra é significativo, pois após a vitória de 31 a.C., em Ácio, contra Marco Antônio e Cleópatra, Augusto deu

continuidade à sua postura política de engrandecimento da cidade por meio da arquitetura, com uma atenção especial à arquitetura religiosa.

Para citar alguns exemplos começamos pelo templo do *Diuus Iulius*, consagrado em 29 a.C. e que havia sido prometido já em 42 a.C. quando da divinização de César. O templo se localizava em lugar de destaque no Fórum, e o momento estratégico de sua consagração contribuiu ainda mais para que a Augusto se ligassem virtudes como, por exemplo, a *pietas*.

Em 28 a.C. ele demonstrou ainda mais fortemente sua *pietas* e seu compromisso com a religião e com o *mos maiorum*, ao empreender um grande esforço de restauração religiosa, no qual dentre as tarefas realizadas estava a de restaurar os antigos templos, que haviam ficado relativamente abandonados por aqueles que deveriam cuidar de tais obras, devido principalmente aos problemas advindos das guerras civis. De acordo com Suetônio, Augusto

refez velhos templos desmoronados por sua antiguidade ou destruídos por algum incêndio e ornou-os e a outros com doações riquíssimas, chegando a empregar dezesseis mil libras de ouro e gemas e pérolas no valor de cinquenta milhões de sestércios no santuário de Júpiter Capitolino (SUETONIUS. *De Vita Caesarum, Divus Augustus*, XXX).

Tais reformas eram realizadas com o objetivo de ressaltar ainda mais a tradição romana, visto que os templos eram restaurados de modo a continuar com todas as características arcaizantes que lhe eram próprias, com os materiais costumeiramente utilizados na tradição arquitetônica itálica, e com o mesmo estilo que possuíam antes das restaurações.

Neste ano de 28 a.C., Otávio Augusto deixou entrever uma das características que será marcante durante todo o seu Principado, qual seja, a de valorizar o que se relacionava à tradição dos antigos romanos e também dos gregos. Com relação especificamente à restauração destes templos, o próprio Augusto diz: “Reformei oitenta e dois templos dos deuses na Cidade em meu sexto consulado e pela autoridade senatorial, nada negligenciando do que era, então, preciso reformar” (*Res Gestae Divi Augusti*, XX).

As reformas de tais templos se ligavam a uma mais ampla restauração religiosa e dos ritos tradicionais que Augusto também empreendeu. De acordo com John Scheid (2007: 177), a restauração empreendida por Augusto foi, na verdade, uma reação contra a negligência dos deveres rituais públicos e dos templos, ocorrida devido às desordens das guerras civis, e que estas restaurações eram parte de seus objetivos políticos, visto

que “restaurar a *res publica* automaticamente significava restaurar suas instituições religiosas e lugares de culto, especialmente quando eles tinham sido negligenciados ou mesmo esquecidos”.

A restauração de edifícios públicos foi uma das principais formas de demonstrar o retorno da estabilidade e da prosperidade, e no que concerne à arquitetura religiosa, demonstrava o comprometimento do *Princeps* com a busca e a manutenção da *pax deorum*, através do cumprimento dos deveres que competiam a ele e aos demais cidadãos. Mesmo porque, na relação entre deuses e homens, entre os deuses e a comunidade:

Os deuses lá estavam para proteger a comunidade, para salvaguardar seus valores, e para ajudar a incutir um comportamento cívico adequado. Quando seus templos ruíam era um sinal do desgaste deste tecido. Sua restauração significava o retorno da, devidamente ordenada, estabilidade cívica (GALINSKY, 2007: 74).

Além das restaurações, não poderíamos deixar de falar aqui sobre outra importante construção que Augusto empreendeu. Trata-se do templo de Apolo, sobre o Palatino. Este importante templo havia sido prometido por Augusto em 36 a.C. quando da vitória sobre Sexto, em Nauloco. A vitória foi não só bem vinda quanto significativa. Ela veio apenas depois de consideráveis reveses para Augusto e marcou o início de sua ascensão no triunvirato. A ocasião clamava por uma destacada associação arquitetural com a Vitória, e o Palatino foi o lugar escolhido para esta associação (GALINSKY, 1998: 213). Em 28 a.C. o templo foi finalmente consagrado.

Este templo é de suma importância para a compreensão deste contexto, pois demonstra claramente alguns aspectos presentes no modo de governar de Augusto, que adota este deus grego de modo a associar-se a algumas das características que lhe eram próprias, tais como a moral e a disciplina, além disso, ao não possuir nenhuma divindade homóloga no panteão romano demonstra também em que nível se deu a utilização de um referencial helênico por parte de Augusto em seu governo, referencial este que esteve bastante presente na arquitetura do período e que possui lugar de destaque na obra de Vitruvius.

Com Apolo, Augusto firmava de modo claro seu comprometimento com as tradições ancestrais, sejam elas romanas ou gregas. A meta dele “consistia não só em imitar o melhor dos gregos, mas em criar algo que fosse equivalente a sua cultura clássica” (ZANKER, 2005: 114).

Os novos templos eram uma manifestação visual esplêndida de sua *auctoritas*. A descoberta das jazidas de mármore de Luna (Carrara) em

meados do primeiro século a.C. permitiu aos construtores de Augusto rivalizar os templos gregos em magnificência, gasto e riqueza de detalhes. O resultado foi a usual síntese: a herança itálica do pódio foi mantida e combinada com a mais elaborada das ordens arquiteturais gregas, o estilo coríntio (GALINSKY, 1998: 295).

Outro exemplo que podemos citar acerca da construção de novos templos neste período é o Panteão de Agripa. Segundo Dion Cássio (*História Romana*, LIII, 27), Agripa teria embelezado Roma à sua própria custa e é sob as ordens dele que foi concluída em 27 a.C. a construção do Panteão, com o objetivo de abrigar dentre outras estátuas, as de Augusto e dele próprio, porém com a recusa de Augusto de colocá-las na cela principal, ao lado das estátuas de Marte e de Vênus, Agripa teria colocado então a estátua de Júlio Cesar, enquanto que sua estátua, juntamente com a de Augusto, teria ficado em uma antessala.

Creemos que o Panteão de Agripa, juntamente com as outras obras arquitetônicas empreendidas por ele se ligava a uma espécie de promoção da figura de Augusto, de modo a afirmar e ressaltar os costumes religiosos tradicionais de Roma, além de fazer frente aos aspectos culturais vindos do oriente.

É nesta mesma perspectiva que se deu a publicação do *De Architectura*, de modo a se ligar a esta política de restaurações e construções empreendida por Augusto desde o período triunviral. A obra de Vitruvius vai ao encontro deste esforço do *Princeps* de construir em Roma e nas províncias uma infraestrutura arquitetônica digna do Império, na qual se aliava o que havia de melhor na tradição grega com o melhor da tradição romana.

Roma implanta o modelo da *Civitas* por excelência por todas as partes. Em vez da anterior situação do mundo clássico, *poleis* independentes, agora a base segue sendo a cidade, mas com uma limitação: existe uma CIDADE e as restantes devem acoplar-se a este modelo, assim como em uma escala maior estão sob a direção emanada da figura do Imperador (PRIETO; MARIN, 1979: 101).

Em seu governo, Augusto empreendeu não só a construção do Império no que tange à arquitetura, mas também a construção de todo um imaginário imperial, a partir da arquitetura e do repertório imagético representado nela, fazendo assim o uso e manipulação das representações advindas de uma memória coletiva que tinha na arquitetura um lugar de destaque e demonstrando comprometimento e esforço em restaurar as tradições religiosas, a moral e o *mos maiorum*.

Com essa postura de atenção ao *mos maiorum*, de respeito às antigas tradições religiosas, de reavivamento de práticas negligenciadas e restauração de antigos templos,

a *pietas* passou a ser uma das principais virtudes de Augusto, tornando-se uma palavra chave para o entendimento de seu governo. De acordo com Paul Zanker (2005: 132), o Imperador reservava para si a construção dos santuários, pois considerava a tarefa mais importante e mais nobre possível de ser realizada por um soberano. O lema era: “O máximo esforço para os deuses”, mesmo por que os templos eram, para os antigos, obras eternas e moradia dos deuses, como podemos perceber a partir deste trecho da obra de Vitruvius: “Por conseguinte, se [os antigos] nos transmitiram regras para todas as construções, elas destinam-se, sobretudo aos templos dos deuses, porque as qualidades e os defeitos dessas obras permanecem eternos” (VITRÚVIO. *De Architectura*, III,1,4).

A arquitetura religiosa de Roma muito devia aos cânones gregos, sendo estes o modelo a ser seguido, de modo que os romanos buscavam se igualar aos gregos e mesmo superar seus feitos (*aemulatio*). Devemos citar que o templo grego surge no período arcaico como construção independente do habitat humano, do palácio real ou de uma casa particular. Seu recinto delimita uma área sagrada (*temenos*), com seu altar/ara (*altare/arae*) localizado na parte externa do templo, em frente a este, onde eram realizados os sacrifícios.

Os templos deveriam ser construídos preferencialmente em pedra, pois isso demonstrava a importância deste local que além de guardar os tesouros da cidade (no caso grego), tinha como principal função servir de moradia aos deuses. “O deus vem residir permanentemente no lugar por intermédio de sua grande estátua cultural antropomorfa ali instalada para ficar. Contrariamente aos altares domésticos, aos santuários privados, essa “casa do deus” é coisa pública” (VERNANT, 2006: 42).

Essas características arquitetônicas, assim como demais aspectos das tradições religiosas, chegaram a Roma por meio dos contatos que esta empreende com as cidades gregas da Magna Grécia desde o século VI a.C., porém, em se tratando da arquitetura religiosa, a utilização de cânones gregos na construção ganharam maior ênfase sob o principado de Augusto, pois ele soube melhor que ninguém se utilizar de estratégias de valorização do passado, buscando através de seus feitos demonstrar estabilidade e prosperidade em Roma, ligando-se diretamente a um passado glorioso e divino. Uma destas estratégias, como já mencionamos, foi o engrandecimento e monumentalização do império através de obras arquitetônicas.

Ciente da importância que a construção de templos possuía, visto que o ligava diretamente aos deuses, Augusto se empenhou enormemente na construção e restauração de templos em Roma, mas fez mais do que isso, pois “enquanto Senadores



continuaram a erigir algumas construções *seculares* durante o governo de Augusto, depois de 33 a.C. apenas Augusto e membros de sua família construíram *templos* em Roma” (BEARD, NORTH e PRICE, 2004: 196). Essa estreita relação com os deuses e o fato de que seu próprio pai era um *diuus*, deve ter contribuído para que ele próprio fosse deificado após a sua morte.

Além disso, convém lembrarmos que as características de um bom imperador se mesclavam a algumas características dos deuses, pois como ressalta James Rives (2007: 155) “Era o imperador que garantia a paz, a segurança e a prosperidade do império; neste respeito ele era como um deus para as pessoas do império, uma vez que a habilidade de conceder benefícios era uma característica definidora dos deuses”.

É evidente que a construção de templos enquanto um benefício concedido pelo imperador foi de extrema importância durante todo o principado, de tal modo que Michael Lipka chega a afirmar que:

Em uma cultura politeísta, a densidade demográfica e a variação, causada pela imigração, eram equivalentes a um denso e constante sistema de mudanças de conceitos divinos, todos competindo uns com os outros. A única garantia de estabilidade e continuidade era um permanente foco espacial para o culto (LIPKA, 2009: 188).

O templo era este foco espacial com o potencial de garantir estabilidade e continuidade das tradições religiosas, o que a nosso ver, foi percebido por Augusto, Agripa, Vitruvius e o grupo ao qual se ligavam. Com esta política de restauração religiosa Augusto buscou demonstrar seu papel de mantenedor da *pax deorum*, através do seu cuidado em manter os ritos antigos e cumprir com as obrigações religiosas que lhe competiam. A *pietas* para com os deuses foi restaurada juntamente com a *pietas* entre os cidadãos. “*Pietas* era uma correta relação social com os deuses; significava dar a eles as honras devidas à sua posição e associá-los com o governo da *res publica*, como concidadãos, ou melhor, como bons *patroni* da cidade” (SCHEID, 2007: 177).

Além disso, cabe ressaltar que sua *pietas* não se direcionava apenas aos deuses e templos localizados em solo romano, mas se irradiava até mesmo à distante província da Ásia, por exemplo. Esse aspecto pode ser percebido a partir do seguinte trecho que ele inclui nas *Res Gestae Divi Augusti* (XXIV): “Vencedor, fiz devolver aos templos de todas as cidades da província da Ásia os ornamentos. Na verdade, aquele com o qual eu guerreara havia espoliado esses templos e usado dos ornamentos como sua propriedade particular”.

Neste trecho é interessante notar não apenas seu interesse em expor seu cuidado em dar aos deuses espoliados o que lhes era de direito, deixando evidente sua *pietas*, mas também sua menção oculta a Antônio, que havia causado tais estragos, de modo a relacionar Antônio a tudo aquilo que ele próprio não era e com isso ressaltar sua *pietas* ao compará-la com o desrespeito perpetrado pelo outro e com isso propagar a imagem do outro enquanto *impius*<sup>2</sup>.

Essa atmosfera reinante sob Augusto, esse contexto no qual Vitruvius escreveu o *De architectura*, ele deixa transparecer na obra de tal modo que ao justificar a compilação de seus escritos ele diz:

Tendo, porém, notado que não apenas te preocupas com a vida comum de todos e com a ordem do Estado, mas igualmente te empenhas com a oportunidade dos edifícios públicos, porque a Cidade não foi apenas engrandecida, através de ti, com as províncias, mas também a dignidade do Império foi sublinhada pela egrégia autoridade dos edifícios públicos, julguei que não deveria adiar, mas, bem pelo contrário, deveria te apresentar, quanto antes, estes escritos sobre estas coisas (...) (VITRÚVIO. *De Architectura*, I, Pr., 2).

Podemos inferir com isso a ligação entre a arquitetura religiosa e as estratégias propagandísticas de Otávio Augusto, pois o mesmo se utilizava da construção e reforma dos templos de modo a reforçar a crença de que com ele havia se iniciado este tempo de prosperidade e grandeza. Esse aspecto pôde ser visualizado na passagem citada acima, quando Vitruvius menciona a ação do Imperador no engrandecimento da *Urbs* através da construção de edifícios públicos. Aspecto também visível em outra passagem quando Vitruvius relata:

(...) verifiquei que edificaste e edificas no momento presente muitos monumentos e no futuro te preocuparás com edifícios públicos e privados, para que sejam entregues à memória dos vindouros como testemunho dos feitos notáveis (VITRÚVIO. *De Architectura*, I, Pr., 3).

Nas instruções de Vitruvius para a construção de templos, também podemos ver a relação que este estabelece entre a arquitetura, a religião e a mitologia, pois segundo o autor o templo deveria ser construído de modo a servir às suas funções religiosas, dentre elas, acomodar a estátua do deus ou deusa, além disso, a construção do templo deveria seguir as regras estabelecidas por cada ordem arquitetônica. Muitas destas *ordines* possuíam, segundo o autor, origens ligadas aos deuses e aos heróis lendários, ou seja, na obra de Vitruvius há uma justificativa mitológica para cada uma

---

<sup>2</sup> De acordo com James B. Rives (2007: 183) a palavra latina *impius*, designava não apenas a pessoa que formalmente negava a existência dos deuses, mas também, e com maior frequência, alguém que rejeitava e negligenciava os modos tradicionais de honrar aos deuses, dentre os quais podemos destacar a prática do sacrifício de animais, visto como o mais importante símbolo de piedade.

das regras de construção por ele indicadas como as preferíveis para serem implementadas pelos romanos, o que se encaixa na definição de mito proposta por Mircea Eliade. Segundo ele, a definição menos imperfeita para mito é que:

O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas de Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. (...) O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente (ELIADE, 2004: 11).

Porém, é necessário pontuar que de acordo com Jean Bayet (1956), o imaginário romano é antimítico, no sentido de que a bagagem mítica indo-européia aparece entre os latinos mais antigos em um grau de profunda desintegração e a “remitização” tardia da religião romana foi puramente artificial. Bayet aponta que o que ocorre é uma transformação de ritos e mitos em uma pseudo-história patriótica, ou seja, a transformação dos mitos em relatos históricos (BAYET, 1956: 54-61). Tal pode ser percebido em Vitrúvio, pois o mesmo defende a importância do conhecimento histórico aos arquitetos, no entanto o que ele chama de narrativas de fatos históricos é na verdade uma mescla de história e mito.

Ao indicar os cânones gregos como o modelo por excelência a ser seguido, Vitruvius não negava a tradição romana arquitetônica, pelo contrário, havia uma mescla destas tradições gregas com as romanas, bem como com inovações realizadas pelos romanos, inovações estas que melhor se adequavam ao espírito prático destes.

Segundo Paul Zanker:

(...) os templos não deviam ser erigidos no estilo dos antigos – de pedra calcária com pesados tetos de madeira e decoração arcaica de terracota. Em vez disso, queria se imitar as mais belas e imponentes formas dos templos gregos, e inclusive superá-las, combinando-as ao mesmo tempo com as formas tradicionais dos templos itálico-romanos: um pódio alto, um pórtico profundo e um frontispício íngreme e carregado pela rica decoração (ZANKER, 2005: 133).

Este é um aspecto de real importância na sociedade romana e que pode ser analisada através do *De Architectura*, pois percebemos no relato vitruviano a valorização do passado e principalmente do conhecimento transmitido pelos gregos, de tal forma que as construções de templos deveriam seguir as regras estabelecidas pelos helenos, de modo a chegar o mais perto possível da perfeição. Mas o estabelecimento das regras gregas como modelo, ou seja, com um caráter modular, não se constituía uma simples *imitatio*, mas sim uma *aemulatio*, ou seja, a busca de se igualar e mesmo

superar os gregos, promovendo assim uma seleção e adaptação dos modelos gregos, de modo a alcançar a solidez, funcionalidade e beleza (*firmitatis, utilitatis, venustatis*), que deveria estar presente em toda obra arquitetônica, ou seja, Vitruvius deixa clara em diversas passagens que apesar das regras rígidas para a construção dos diferentes edifícios públicos, era necessária também certa flexibilidade, de modo que o arquiteto deveria primar sempre pelo bom senso.

Acreditamos, portanto, que a escrita do *De Architectura* está intrinsecamente ligada ao seu contexto histórico. Além disso, ela se liga à restauração religiosa empreendida por Augusto, que incluía a construção e reconstrução de templos, não só em Roma, como também nas províncias. Com isso a *Urbs* se tornaria uma cidade especial e monumental, sendo exemplar a frase de Augusto de que a cidade que havia encontrado feita de tijolos teria se tornado de mármore, sendo a restauração religiosa e arquitetônica de Roma, em nossa opinião, um dos aspectos mais originais da política de Otávio Augusto, sendo utilizado por este em suas estratégias políticas e propagandísticas.

### **Referências bibliográficas:**

- BAYET, Jean. (1956) *La Religion Romana: Historia Politica y Psicologia*. Madrid: Ediciones Cristandad.
- BEARD, M.; North, J.; Price, S. (2004) *Religions of Rome*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press.
- DION CASSIO. (1924) *Dio's Roman History*. Trad. Earnest Cary. Harvard: University Press. (The Loeb Classical Library)
- ELIADE, M. (2004) *Mito e Realidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GALINSKY, Karl. (2007) "Continuity and Change: Religion in the Augustan Semi-Century". RÜPKE, Jörg. *A companion to Roman religion*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, pp. 71 – 82.
- GALINSKY, Karl. (1998) *Augustan Culture*. Princeton: University Press.
- GRUEN, Erich S. (2007) "Augustus and the Making of the Principate". GALINSKY, Karl. *The Age of Augustus*. Cambridge: University Press, pp. 33-54.
- LIPKA, Michael. (2009) *Roman Gods: A conceptual approach*. Danvers: Brill.
- ORLIN, Eric. (2007) "Urban Religion in the Middle and Late Republic". RUPKE, Jörg.(org) *A companion to roman religion*. Oxford: Blackwell, pp 58-71.
- PRIETO, A.; MARIN, N. (1979) *Religion e Ideologia en el imperio romano*. Madri: Akal Editor.

*Res Gestae Divi Augusti*. (1961) Trad. Frederick W. Shipley. London: Harvard University Press. (The Loeb Classical Library)

RIVES, James B. (2007) *Religion in the Roman Empire*. Malden: Blackwell Publishing.

SCHEID, Jonh. (2007) “Augustus and Roman Religion: Continuity, Conservatism, and Innovation”. GALINSKY, Karl. *The Age of Augustus*. Cambridge: University Press, pp. 175-196.

SUETONIUS. (1914) ‘Life of Augustus’. SUETONIUS. *Lives of the Caesars*. Trad. J. C. Rolfe. London: William Heinemann. (The Loeb Classical Library)

VERNANT, Jean-Pierre. (2006) *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel.

VITORINO, Júlio César. (2004) “Sobre a História do Texto de Vitruvius”. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, nº 12, pp. 33-50.

VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. Trad. M. Justino Maciel. São Paulo: Martins, 2007.

ZANKER, Paul. *Augusto y el poder de las imagines*. Madrid: Alianza Forma, 2005.